



JANDUARI SIMÕES

O crime continua

Devastação da Floresta Amazônica se estabiliza em patamar elevado, similar ao da década de 80

O que pode ser considerado uma boa notícia quando se fala em desmatamento na Amazônia? Na terça-feira passada, o ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, convocou uma entrevista coletiva para anunciar os dados sobre o desmatamento da Floresta Amazônica no ano passado. Ele apresentou como vitória o fato de os 16 926 quilômetros quadrados de área derrubada significarem uma redução de 2,6% em relação ao total arrasado em 1998. "Houve um estancamento na tendência de aumento da devastação", interpretou. É verdade, e trata-se de um fato positivo. Torna-se menos animador quando se leva em conta que o desmatamento se estabilizou num patamar bastante alto. No ritmo atual, a floresta diminui a cada ano o equivalente a três ve-

zes o território do Distrito Federal. O número praticamente se iguala ao de 1998, que foi 30% maior que o de 1997, e repete os índices da década de 80, quando a destruição da Amazônia virou escândalo internacional. O Brasil continua derrubando cerca de 0,5% dos remanescentes florestais a cada ano. "Destruíu-se no ano passado o equivalente a 200 campos de

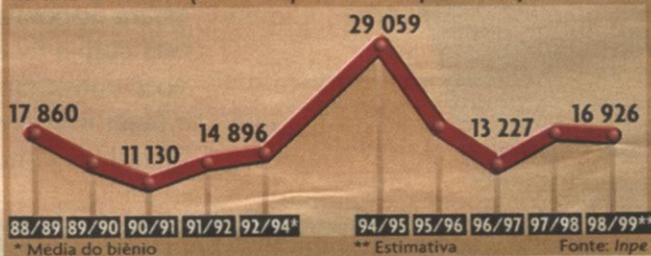
futebol por hora de florestas, não há o que comemorar", reclama o ambientalista Ruy de Góes, da Greenpeace Brasil.

Os dados do desmatamento foram produzidos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), com base em fotos feitas por satélites, e só revelam uma parte do desflorestamento. O levantamento não leva em conta parte do estrago feito pelas madeireiras, pois a derrubada de árvores selecionadas, ainda que perigosa para a sobrevivência da floresta, não aparece com clareza nas fotos aéreas usadas pelo instituto. O Ministério do Meio Ambiente calcula que a atividade madeireira é responsável por outros 2 000 quilômetros quadrados anuais de mata perdida. O Inpe só computa as áreas que deixam de ser floresta para se tornar campos de agricultura e pecuária.

O governo atribui o estancamento da devastação ao recrudescimento da fiscalização. No ano passado, o Ministério do Meio Ambiente proibiu novos desmatamentos, limitou as autorizações para transporte de produtos florestais e contou com a ajuda do Exército na fiscalização das irregularidades. Sarney Filho

Um rombo no mapa

O ritmo do desmatamento da Floresta Amazônica na última década (área em quilômetros quadrados)



INSTITUTO
SOCIOAMBIENTAL

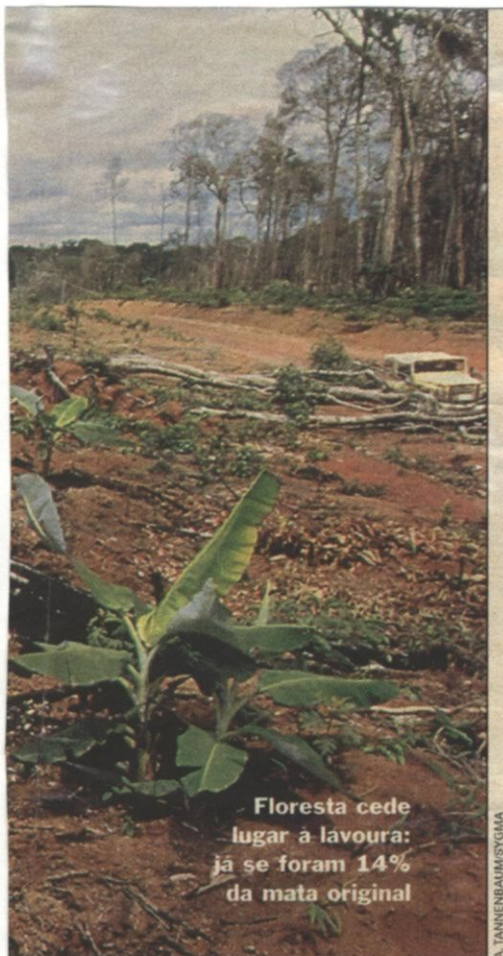
Documentação

Veja

Fonte _____

Data 19/4/2000 Pg 09

Class. 324



Floresta cede
lugar à lavoura:
já se foram 14%
da mata original

A. TANRENBALUM/ISTIGLIA

acredita que os dados serão ainda mais alentadores nos próximos anos, pois a Lei de Crimes Ambientais, recentemente regulamentada, agora permite a aplicação de multas de até 50 milhões de reais aos infratores. É um dinheirão, que fará muita gente pensar duas vezes antes de se arriscar a derrubar fora da lei.

A complicação na Amazônia é que o desmatamento não é apenas obra de grandes empresas agropecuárias ou de madeireiras, cuja visibilidade fiscal facilita a vigilância. Métodos rudimentares de cultivo levam os agricultores a devastar novas áreas simplesmente porque as terras trabalhadas perdem a fertilidade depois de dois ou três anos. "Fiscalização e multas pesadas são importantes, mas de curto alcance", diz Garo Batmanian, secretário-geral do Fundo Mundial para a Natureza (WWF) no Brasil. "Seria útil se o governo também financiasse o manejo sustentado da floresta e o fomento de técnicas agrícolas." Um levantamento do WWF, uma das maiores organizações ecológicas do mundo, concluiu que, dos quase 600 000 quilômetros quadrados já desmatados na Amazônia, 180 000 quilômetros quadrados estão abandonados. Cerca de 14% da cobertura original da Floresta Amazônica perdeu-se para virar pasto ou plantação. ■

